



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: AURÉLIO NOMURA

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 10/12/2021

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Bom dia a todos. Com a presença da nobre Vereadora Ely Teruel, virtualmente, na qualidade de membro da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 33ª Audiência Pública do ano de 2021.

Informo que esta audiência está sendo transmitida através do endereço www.saopaulo.sp.leg.br, no link Auditórios Online/auditório virtual. Esta audiência vem sendo publicada, no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo*, diariamente, desde o dia 4/12. As inscrições para pronunciamento foram, previamente, abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo, e neste momento, presencialmente, junto à Secretaria da Comissão. Lembro aqueles que quiserem falar, por gentileza, podem se inscrever na assessoria.

Foram convidados para esta audiência pública os Srs: João Antonio da Silva Filho, Presidente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo; Thiago Martins Milhi, Secretário Municipal de Esportes e Lazer, representado pelos Srs: Guilherme Rigueti Raffa e André Luis Iera Leonardo da Silva; Antonio Carlos, presidente da SATI, Pedro Machado de Campos Salles e Raphael Barone.

Quem está presente representando a Secretaria?

O SR. ANDRÉ LUIS IERA LEONARDO DA SILVA – Bom dia, Sr. Presidente Aurélio Nomura. Bom dia, Vereadora Ely e Vereador Goulart e a todos que acompanham essa comissão. Estamos falando em nome do Secretário: eu, André; procurador Guilherme e outros dois servidores: Silvia e Rafael, que acompanham toda a utilização do espaço público, conhecem toda a tramitação, são os *experts* nesse assunto da nossa Secretaria.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Eu gostaria que fizesse uma apresentação a respeito dessa questão, mesmo porque um certo Vereador falou para os representantes da SATI que votamos um projeto dando a concessão.

Gostaria até de reproduzir parte dessa conversa que foi repassada para o pessoal da SATI.

– Reprodução de áudio pelo celular.

"Alô, pessoal. Quase de noite, boa noite. Estive agora pouco conversando com o Vereador Gilson Barreto. Ele ficou meio espantado pelo nosso Vereador Aurélio não ter nos informado, porque eles votaram esse processo na Câmara, muito antes, favorável à concessão dessas quadras para essa ONG. A princípio ele me pediu que a gente passasse o *link* da audiência pública, que ele queria entrar e orientar as pessoas no que vão falar. Ele acha que, apesar de que não vai adiantar, mas é um começo, porque o que foi feito, já está feito. Mas é interessante que a turma grite nessa audiência, para que venha mais a público e consiga no futuro, talvez, uma aderência maior dos Vereadores. Eu o convidei para ir aí na SATI para conhecer o problema. Falei de um terreno vazio que tem, tem uma piscina que poderia servir como quadra. Ele também acha que se deve interferir junto ao Prefeito para que eles construam uma ou duas quadras para nós, num lugar aí dentro mesmo. Pedi que ele agendasse uma audiência com o Prefeito, pois eles são colegas e conhecem. Então, ficou assim: ele achou que nós fomos mal assessorados, porque eles conhecem o Nomura, conversam sempre, mas ele deveria ter nos prevenido antes. A gente poderia ter concorrido, poderíamos até perder, mas teríamos argumentos para concorrer a essa... para pegar essas quadras. Ele acha também um absurdo. E ele é do PSDB, partido do Prefeito. Então ele disse que a gente tem que realmente insistir e ele vai estar com a gente, segundo ele. E vai... Sexta-feira, agora, eu vou conversar com ele para marcar o dia e o horário que vai aí na SATI. Então seria bom que muita gente estivesse presente. Ele está insistindo que essa audiência não vai servir para nada, mas vai servir para apontar... para que a gente apareça, tanto que ele vai, ele pediu o *link* dessa audiência – quem é que tem, eu ainda não tenho – para que ele também participe, que ele oriente até as perguntas, o que vai ser feito. Então, não é promessa de nada, mas ele me garantiu que vai me arranjar uma audiência com o Prefeito, daí eu vou querer muita gente de vocês aí também, porque não adianta eu ir sozinho, que uma andorinha, vocês sabem que no inverno, elas fogem, e no verão, sozinho, não vão fazer nada. Está bom, pessoal. Vamos ficar atentos e vai falando para o pessoal. A qualquer momento, a partir de sexta-feira, vou ter um horário e um dia para que ele venha aqui. E ele vindo aqui, nós vamos até o gabinete do Secretário. Você entendeu?

Ele falou que realmente, a Prefeitura, se nós temos tanto tempo aqui, deveria ter nos avisado antes e também nos arranjado um lugar para ficar. Não é uma esperança que eu estou dando, uma certeza, é apenas uma esperança. Ele insiste que a gente deve continuar os movimentos. Boa noite.”

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Bom, também está presente o nobre Vereador Celso Giannazi. Desculpe, mas a minha cabeça hoje está meio ruim. Mas o Vereador Celso é um grande vereador e seu irmão também foi vereador aqui, comigo. Agradeço a presença.

E gostaria de ouvir o Thiago Martins, primeiro, a respeito desse projeto de lei que passou na Câmara, que eu desconheço.

Pergunto a V.Exa., Vereador Celso, se tem conhecimento de algum projeto de concessão outorgando as quadras de tênis, de que estamos falando, nas votações que realizamos?

O SR. CELSO GIANNAZI – Primeiro, bom dia. Bom dia a todos. Quero parabenizar o Vereador Aurélio Nomura por trazer esse assunto à Câmara Municipal. Essa audiência pública é muito importante. E também quero dizer que fiquei muito surpreso com tudo isso que aconteceu. Sabemos desse importante equipamento da comunidade, tomando conta do equipamento e não tenho nenhum conhecimento de nenhuma lei, nenhuma ação. Na verdade, nem eu, acho que nem a comunidade tem conhecimento de alguma ação legislativa da Secretaria Municipal de Esporte. Gostaria de ouvir o representante da Secretaria, para ver como tratou essa questão. Não teve diálogo nenhum com a comunidade e nem com a Câmara Municipal.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Feitas essas considerações, passo a palavra ao Sr. André Luis Iera Leonardo da Silva, representando o Sr. Secretário, para fazer, preliminarmente, os esclarecimentos e dizer o porquê a Secretaria fez e colocou em concessão esse local, ou seja, seis quadras de tênis.

O SR. ANDRÉ LUIS IERA LEONARDO DA SILVA – Obrigado, Sr. Presidente. Falo em nome da Secretaria, representando o Sr. Secretário Thiago Martins, nesta audiência.

Vou explicar, rapidamente, quais foram os motivos que nos levaram a prosseguir com o nosso posicionamento. Uso de espaço público, acredito que isso seja ponto convergente de todos. Tem de ser potencializado a utilização do espaço público.

Nós aqui na Secretaria recebemos diversas denúncias pelo uso ilegal, irregular do equipamento em espaço público por diversas entidades, por diversas associações. Feito isso temos que tomar algumas medidas.

Com a publicação da Lei 13.019, de 2014, foi exigido que toda a utilização, em regime de exclusividade ou comodato, que vinha sendo feito, tem que passar por um chamamento público. Não podemos, simplesmente, permitir que o espaço público se faça como privado e alguma outra entidade ali se instale e passe a desenvolver as atividades que bem atender. Com cobrança ou sem cobrança, da forma com o que é feita, de forma rotineira aqui na Secretaria que acaba enfrentando esses problemas.

Por conta de diversas denúncias que temos recebido, diversas abordagens falamos: vamos potencializar isso. Vamos fazer um chamamento para permitir que todas as entidades, todo mundo que tem interesse em participar, todo mundo que tem interesse em desenvolver qualquer projeto aqui junto a Cidade São Paulo apresente um plano de trabalho. Foi apresentado um plano de trabalho que previa, inicialmente, um investimento – mais ou menos em números exatos – R\$ 2 milhões por ano, junto a Secretaria de Esportes estruturando uma política municipal. O tênis que é esporte elitizado, um esporte que poucas pessoas têm acesso. Recebemos essa proposta, avaliamos. Entendemos por bem prosseguir com os procedimentos legais. Portanto não foi feita nenhuma concessão, não foi feito nenhum ato junto à Câmara. Foi feito, simplesmente, um comodato. Olha, você quer trazer um projeto social para a Cidade? Tudo bem, você precisa exercer algumas contrapartidas aqui. Excelente. Queremos potencializar o uso.

Outro aspecto importante. O plano de trabalho que foi apresentado não contempla somente a utilização das quadras do CEE Mané Garrincha. Ele é estendido para mais outros dez Centros Esportivos, onde serão oferecidos a crianças, jovens carentes a oportunidade de aprender tênis. Essas crianças vão ter acesso a prática esportiva. Esse é mais ou menos o desenho do projeto. O plano desportivo.

O plano educacional, que foi combinado, é que essas crianças que são atendidas por meio do tênis, vão receber também, apoio educacional em matemática, português e inglês. Essas crianças vão receber essas aulas de reforço. Vão poder ter acesso de aprendizado a uma língua estrangeira. Isso tudo de graça para o nosso Município. É um projeto muito importante para a cidade de São Paulo. Um projeto que caminhou. Visto com bons olhos. Um projeto que potencializa o uso do espaço público. É um projeto que permite o acesso de quem nunca um dia teria oportunidade de jogar tênis. A Rede Tênis Brasil já tem esse programa rodando em vários outros municípios. Hoje a Rede atende mais de quarenta mil crianças no Brasil todo. Vinte cidades, nove estados no Brasil todo. É um projeto muito interessante para a cidade de São Paulo. A Cidade não investe R\$ 1. Recebe ao longo de cinco anos, R\$ 12 milhões. O plano de trabalho contempla três mil crianças podendo alcançar ainda um valor, uma quantidade muito maior, por conta do potencial que a cidade de São Paulo tem. Esses foram os contornos iniciais do projeto. Temos recebido diversos representantes da SATI, em especial o Jorge que tem representado muito bem o grupo. Conversamos com o Jorge. A ideia não é tirar a SATI. Não é impedir que a SATI siga com as atividades dela. De forma alguma. O que nós não podemos é permitir a situação como estava. Basicamente, ainda que a SATI estivesse desenvolvendo um bom trabalho, estivesse cuidando do espaço ainda que, informalmente, ainda de forma sem nenhum documento jurídico que pavimentasse essa relação Secretaria/SATI, de forma não ilegal, mas irregularmente, um documento para construir essa ponte. Na medida em a SATI foi ocupando espaço. Ocupando, ocupando...Veio essa legislação e com a vinda dessa legislação nova temos que nos adequar como critério para atender todos os princípios de direito público. Temos que ter isonomia. Todo mundo tem que ter acesso. Recebemos bastante gente aqui.

Temos canais dentro da Prefeitura. Olha fui tentar jogar tênis lá e não consegui. Isso tem sido equalizado. A gente conversa lá, depois recebemos o pessoal. É permitido. Existem casos. Temos na Controladoria essas denúncias. Existem denúncias registradas na Controladoria, mas tem sido equalizado pela SATI. Temos visto lá que as pessoas têm sido recebidas. Existe uma contribuição voluntária. O Jorge disse que as pessoas pagam R\$ 50 para manter o espaço. Isso sabemos. Nós precisamos manter esse modelo operando lá na questão de adequação da legislação. Ontem liguei para o Jorge. Falei com o Cavalaria de que precisamos que envie um ofício para a Secretaria dizendo o que vocês atendem. Dizendo como é o projeto. O que tem sido feito para que possamos abrir o processo para compatibilizar, tanto o atendimento a essas crianças carentes e jovens carentes vão passar pelo projeto do CEE Mané Garrincha e compatibilizar com uso hoje na SATI que já está ocupando espaço. Ainda sem nenhum lastro jurídico, ainda que sem nenhum documento formal que permita isso, tem outro detalhe. Existe um decreto municipal que impõe o pagamento da taxa pela utilização do espaço público. Todo mundo que vai utilizar o espaço público, precisa fazer uma requisição e paga uma taxa. Por exemplo a quadra de tênis, qualquer quadra de tênis de qualquer centro esportivo, existe uma taxa de R\$ 60 por hora. A exceção desse pagamento é a concepção de um projeto para que se estabeleça contrapartida. Isso nós não temos pavimentado com a SATI. Sabemos que eles fazem manutenção, tem os funcionários, mas não temos esse lastro jurídico consolidado. Estamos tentando que a Secretaria, juntamente com o Jorge que tem representado a SATI, pavimentar esse caminho para não desassistir quem já vinha jogando. Sabemos que tem pessoas idosas. Fui lá visitar mesmo para a gente entender a preocupação deles. Não há ideia nenhuma em acabar ou tirar esse espaço de convivência dessas pessoas. A ideia é conceber um projeto que é importante para a Cidade. Importante para o Município. Importante democratizar, universalizar o acesso ao esporte para todas as crianças na cidade de São Paulo. É um ganho enorme para a Cidade. E agora temos que, justamente, abrigar os tenistas idosos aí que frequentam o espaço e com isso pavimentar. Construir um caminho jurídico hábil. Precisar dar uma segurança jurídica para eles em termos de parceria, algum outro tipo de instrumento,

que possam passar pela nossa assessoria jurídica para que faça uma análise. Não podemos, justamente, deixar isso no campo da informalidade. Nós tentamos, claro, isso é comum aqui na Secretaria. Temos procurado muito, por diversas entidades: Olha, quero desenvolver um projeto social aqui nesse espaço. Quero desenvolver um projeto social naquele outro espaço. E a gente sempre diz: Olha você quer usar o Centro Desportivo? Quer usar em regime de exclusividade? Tem que fazer um chamamento público para dar isonomia para que todos participem. Isso tem sido feito. Não podemos escolher uma entidade e nós mesmo dizer: É essa aqui. Tanto para a Lei de Isonomia assegurar que todos participem, todos tenham acesso. Apresente o plano de trabalho e que possam de uma forma demonstrar como quer atuar junto ao município de São Paulo.

Acredito que é isso. O projeto visa atender, é um projeto basicamente social. A Prefeitura não desembolsa um centavo, que é uma lógica inversa das parcerias que a Prefeitura faz. Geralmente a Prefeitura dispõe de recurso público para fomentar algum objeto. A lógica é inversa. Aqui estamos recebendo recursos para atender a comunidade. É um projeto importantíssimo para a Cidade.

É isso Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Apenas uma dúvida. Na realidade a SATI está há mais de quarenta anos no local. É bom que se diga que as quadras que ali estão foram construídas pela SATI. Há documentos de doação e tudo. Eu mesmo, na gestão passada, eu reformei toda a infraestrutura necessária: banheiro, aquela parte onde pessoal se reúne, enfim. Até por estar há algum tempo, a Secretaria conhecendo a permanência deles, estamos falando de mais ou menos quinhentos aposentados, que é na realidade, também, uma ação social. Estamos falando que dentro dos objetivos da Prefeitura, acredito da Secretaria tem esse viés voltado para aquelas pessoas idosas que estão aposentadas não só com relação aos jovens, me parece que até quando nós fizemos aquele movimento que o Metrô tirou duas quadras e depois repôs, fomos conversar com o Secretário e nós conseguimos a devolução daquela parte, estava atrelado que ali teria uma participação de aulas para as crianças. Acredito que até o

pessoal da SATI pode falar a respeito. Estava sendo desenvolvido um trabalho social intenso e sem custo para a Prefeitura. Minto. Tem custo sim. A Prefeitura arcava com o custo do pagamento da eletricidade e da água. Porque não dava para atrelar, tirar fora do complexo do CEE Mané Garrincha somente aquela parte ligada ao tênis. Tinha toda uma dificuldade, teria que fazer uma outra coisa para fazer a metragem e tinha toda uma dificuldade. Mas de resto, pelo que sei, era arcado pela SATI, tanto que eles recolhiam recurso para viabilizar a manutenção. Pelo que sei, a Prefeitura não gastava, absolutamente nada. Pelo que estou vendo aqui, é claro que eu respeito e conheço bem a Rede Tênis Brasil, mas vejo que eles pegaram todas as quadras em São Paulo. Não estamos falando só na quadra do CEE Mané Garrincha. Estamos falando do CERET, Salim Maluf, Aurélio Campos, Alfredo George, Joerg Bruder, Pirituba. Quer dizer, eles pegaram todas as quadras e estão fazendo. Estava vendo, detalhadamente, a execução financeira. A execução financeira, basicamente, é pagamento da infraestrutura e de pessoas voltadas à manutenção e ao funcionamento da instituição.

Veja: prestação de serviço de pessoas jurídicas; coordenador técnico, profissional com experiência e professor; treinador, professor de inglês, raquetes, raquetes, raquetes, tubo de bolas, tubo de bolas, bolas de tênis, cones, *half* cones, mini redes, bolas de iniciação, bolas plásticas, tambores, espaguete, camisas uniforme, *banner*, faixas, lonas, enfim. O que estou vendo aqui, prestação de serviços de pessoas jurídicas: comunicação visual: uniforme, preparador físico, treinador, fisioterapeuta, assessoria contábil, treinador; treinador, assistente administrativo, faixas, lonas, hospedagem de atletas. O que vejo dentro dos custos que serão em torno de R\$ 2,4 milhões atrelados, basicamente, à questão de pessoal. Pagamento da infraestrutura administrativa, é um clube. Você vai montar um clube, vai colocar treinador, massagista. Vai colocar uma série de pessoas. Vai fornecer raquete de tênis, bola, enfim. Vai dar essa estrutura. O que eu vejo é isso aqui, porque não vejo implantação de outras quadras. Não vejo absolutamente nada. Então pegaram a coisa que já está pronta, para mostrar o trato que a SATI tem com relação a equipamentos, que não tem, absolutamente, nada aqui. Tem que fazer uma reforma, tem que mudar isso, mudar aquilo. Está pronta. É só entrar e assumir. E a

dúvida que acredito que todos têm aqui é porque a Secretaria sabendo que a SATI já está instalada há mais de quarenta anos, sequer foi convidada ou foi comunicada, dizendo: olha vamos fazer o edital e tudo. Mas ninguém ficou sabendo. Ninguém acompanha o *Diário Oficial*?

Acompanha o Diário Oficial?

O SR. CELSO GIANNAZI – A gente acompanha, nobre Vereador, porque está na nossa função, mas a população, obviamente, que não. Caberia chamar a entidade para um diálogo. Caberia, obrigatoriamente.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Essa é a dúvida que temos.

Passo a palavra ao Dr. Guilherme, para explicar o porquê disso. Em seguida abriremos a palavra aos inscritos.

O SR. GUILHERME RIGUETI RAFFA – Em relação a primeira parte, justamente, você está com um projeto de massificação de qualquer esporte, precisa investir em professor, raquete, tênis e bola. Precisa contratar mão de obra para fazer esse tipo de coisa. Imaginando que o projeto prevê o atendimento de três mil crianças esse é um custo maior dentro do projeto, a contratação de mão de obra de fato. Na realidade essas outras dez quadras, tanto a do CEE Mané Garrincha, vai utilizar, mas não é uma utilização. A quadra continua sendo um equipamento aqui da Secretaria de Esportes. Disponibilizamos horários para que tenham essas aulas e as crianças sejam atendidas. Hoje temos uma defasagem de carga horária e de atendimento às crianças em diversas modalidades. Então esse trabalho vem cobrir essa lacuna nos outros Centros Esportivos. Se você for olhar com atenção, o próprio centro esportivo, que são quatro horas, tem centro esportivo que são seis horas. Tem uma grade horária, mais ou menos prevista.

Em relação ao CEE Mané Garrincha foi preenchido todo horário no plano de trabalho por uma questão de potencialização do espaço e um alcance maior de atendimento. O plano de trabalho é para atender o interesse público. É ajustado a qualquer momento. Se porventura pedir: olha reduza aqui do CEE Mané Garrincha. Alguém precisa ir no CERET porque temos uma demanda maior de crianças lá. Olha, no Joerg Bruder tem menos crianças. Vamos reduzir o horário. A gente dentro da aplicação do projeto, vamos fazendo esses ajustes. Em relação a

avisar as entidades, não temos condições de publicar aqui qualquer chamamento público, qualquer licitação, ir atrás dos interessados, ou possíveis interessados. Não temos como fazer esse tipo de coisa. A SATI não tinha nenhum instrumento jurídico aqui vinculado com a Secretaria. Através desses elementos que a gente começa a olhar o que a gente tem. Olha: como é que está lá? Tem termo de parceria? Existe algum recolhimento de pagamento de guia de utilização da quadra? Não! Não existe. Não regulamenta. Então você começa a ir atrás desses elementos. O fato de a SATI também ter investido através das emendas parlamentares, dinheiro do Município...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Não teve só recurso de emenda parlamentar...

O SR. GUILHERME RIGUET RAFFA – Sim, entendo, nobre Vereador...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Teve recurso próprio. Todas aquelas quadras foram construídas pela SATI...

O SR. GUILHERME RIGUETI RAFFA – Entendo nobre Vereador. Veio recurso, veio emenda. Entendemos. É recurso municipal. E outra: a SATI utilizou o espaço público. Na verdade, isso foi a contrapartida pela utilização. Pelo tempo que eles tiveram. O fato deles fazerem esse tipo de mobilização no espaço, não lhes dá o direito, por legitimidade, esse tipo de coisa. Eu, por exemplo, moro em uma comunidade. A gente ajuda a construir a praça, pintar, instalar o parquinho, nem por isso tem direito a concessão, utilização, a uso exclusivo. Esse espaço tem que ser democratizado. Tem que ser universalizado. Não dá para gente fechar isso no ciclo de quinhentas, quatrocentas pessoas. O que temos a fazer é potencializar o uso. Volto a falar, potencializar o uso. Deixar o uso mais compatível ainda com o interesse público, preservando os que já estão e ampliando, dando acesso a outros que não têm acesso. Esse é o objetivo da Secretaria. Por isso que construímos política pública, para atender todo mundo. O que estamos propondo para a SATI, em respeito a esse histórico propriamente dito, é compatibilização. Temos que juntar os dois interesses públicos. É atender as crianças e jovens carentes, atender essas três mil pessoas e atender eles também. O que nós não queremos, é

que continue do jeito que está. A quadra em poder deles. Eles gerenciando. O que nós queremos é dividir essa responsabilidade, que na verdade é da Secretaria de Esportes. Não é responsabilidade da SATI fazer essa administração. Temos que retomar o uso do equipamento público. Estabelecer novas premissas. Atender integralmente a legislação para poder começar a estabelecer uma ordem diferente. Temos, inclusive, em respeito – volto a repetir – em respeito a esse histórico. Temos sentado com Jorge. Fui lá conversar com o Cavalaria para conceber os horários. Bem lembrado. Tem muita coisa que não está no plano de trabalho, que eu cheguei na Rede Tênis Brasil e disse: olha existe a SATI, nós não tínhamos dimensão de funcionário. A SATI ali, basicamente, tomou conta do espaço. Tem funcionários. Tem uma situação ali que não se acomoda na utilização do espaço público. Pode fechar, colocar funcionário, ter uma sede administrativa, sem passar por um procedimento de estatuto. O que dizemos para eles? Olha: sabemos, entendemos. Sabemos que são pessoas de bem que estão lá. Pessoas que estão socializando. Fomos lá. Conheci as pessoas. A Secretaria não tem nada, nada, contra o projeto que vem sendo tratado. Nada, nada. Queremos compatibilização do uso e estamos buscando conversar sobre isso. Então chamei a Rede Tênis Brasil aqui e disse: olha sei que não está no plano de trabalho de vocês, mas vamos ter que aumentar, de alguma forma os horários do tênis. Vocês podem falar em nomeação, apesar de não estar no plano de trabalho. Então a Rede Tênis Brasil, tudo bem. Vamos fazer um projeto para instalar iluminação aqui, ainda que não conste no plano de trabalho. Estamos tentando aumentar a grade de horário das quadras para poder atender o maior número possível de frequentadores. Para fazer isso vou precisar mexer no plano de trabalho. Para mexer no plano de trabalho, já conversei, ontem, com o Jorge e com o Cavalaria que preciso receber o ofício da SATI, e para receber o ofício da SATI preciso construir o termo de parceria com a SATI para poder ter esse convênio, ter esse termo de colaboração, publicar no *Diário Oficial*, assiná-lo, para que não venha ocorrer isso novamente. É para isso que servem esses documentos, para que não tenhamos esse tipo de discussão. Se não foi no momento lá atrás, por outras gestões não podemos nos responsabilizar por isso. Estamos tentando buscar agora a equalização e a regularização da utilização do espaço público. Ainda

bem que era a SATI que estava lá utilizando porque vimos que o espaço foi preservado. Existem outros espaços, por exemplo, que não estão na mesma situação. Pega, por exemplo, Clube Guarapiranga, que é um clube muito grande, 320 mil metros. A gente tenta de alguma forma, dentro das nossas limitações orçamentárias, tomar conta do espaço, mas é difícil. Você não consegue ter esse controle total. A gente vem tentando fazer todos os esforços, todas as medidas para que possamos oferecer o serviço adequado para a população. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Muito obrigado. Vamos passar agora para a lista de convidados.

Com a palavra o Sr. Antonio Carlos, presidente da SATI.

O SR. ANTONIO CARLOS – Bom dia a todos. Obrigado por nos receber. Sou o atual presidente da SATI. Vim aqui porque estamos fazendo esse movimento. Os senhores já relataram o que está acontecendo, e a gente tenta salvar alguma coisa para nós. Tiraram, repetidamente... Acabaram com a nossa SATI, assim, sem avisar. Isso foi um choque imenso. Então agradeço muito aos senhores por nos receber e nos ajudar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aurelio Nomura) – Neste momento assistiremos a um vídeo institucional da SATI.

– Exibição de vídeo.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Gostaria de chamar o Dr. Flávio. (Pausa).
O senhor tem três minutos.

O SR. FLÁVIO – Bom dia a todos. Cumprimento V.Exas., representantes dos municípios da cidade de São Paulo, e os meus colegas tenistas da SATI. Sou médico neurologista e jogo na SATI há oito anos e gostaria de tratar da questão médica que está envolvida na prática do tênis pelos sócios da SATI. Focarei em três pontos: benefício cardiovascular, benefício psiquiátrico e prevenção de doenças neurológicas, como a doença de Alzheimer.

Em relação ao exercício físico, várias autoridades preconizam pelo menos cinquenta minutos em três vezes por semana. Essa atividade pode reduzir o risco de uma pessoa desenvolver infarto, AVC e doença vascular periférica. Então, as pessoas que estão acima do

peso, que são hipertensas e têm oportunidade de praticar o tênis terão, se praticarem regularmente, um risco reduzido de desenvolver, em algum momento, essas complicações cardiovasculares.

Além disso, em relação a transtornos de humor, como ansiedade e depressão, já existem vários estudos, em várias regiões do mundo, que mostram a mesma coisa: que a prática regular de exercício físico ajuda no tratamento dessas doenças e reduz a chance de que uma pessoa chegue a desenvolver algumas dessas condições.

Por último, as doenças neurodegenerativas, particularmente a doença de Alzheimer e outras demências. Nós também já sabemos hoje, já está bem consolidado na literatura que o exercício físico regular ajuda na prevenção da doença de Alzheimer; e, às pessoas que já têm a doença, ele possibilita uma progressão mais lenta e que elas tenham um melhor controle dos seus sintomas comportamentais ao longo do dia.

Dessa forma, fica claro que privar da prática de exercícios físicos pessoas idosas, que têm um risco cardiovascular alto e também um risco alto de desenvolver demência pode trazer consequências graves para a saúde dessas pessoas e graves para o funcionamento das famílias. Porque uma vez que uma pessoa desenvolve demência, a vida familiar daquela pessoa sofre um grande impacto econômico.

Então, em termos de benefícios em saúde para a comunidade, acredito – e as evidências da literatura médica mostram – que a SATI tem promovido um benefício social muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Muito obrigado. Gostaria de convidar o Dr. Brian.

O SR. BRIAN – Olá a todos. Muito bom dia. Agradeço às autoridades presentes pela cessão desse espaço de discussão para nós associados da SATI.

Primeiramente, quero dizer que sou médico ortopedista, sou atuante no Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP, onde fiz minha formação e onde atendo de crianças até idosos na minha especialidade.

Quero comentar o que disse o representante da Secretaria de Esportes, sobre os termos de isonomia e democratização do espaço, temas que a nós também são muito caros, tanto é assim que concretizamos, na prática, esses termos por meio da utilização do espaço de maneira muito acolhedora a todas as pessoas que queiram dele usufruir. São mais de quinhentos associados, idosos em sua maioria.

Em Medicina, de modo geral, a passagem do tempo, o envelhecimento se dá por duas configurações importantes: a senescência e a senilidade. A senescência trata do envelhecimento em termos de características fisiológicas do indivíduo. Nessa perspectiva, a passagem do tempo leva ao surgimento de cabelos brancos; isso é inexorável, não há como mudarmos, é fisiológico. Já a senilidade é um complemento do processo de envelhecimento, com características fisiopatológicas que o indivíduo pode adquirir. Por exemplo, uma pessoa que antes dirigia e ao envelhecer já não consegue mais, assim como não consegue mais carregar seus netos no colo. Isso é senilidade, é envelhecer com perda de função. E evoluímos com senilidade quando não praticamos esportes, quando não prevenimos doenças, quando adotamos um estilo de vida não saudável.

A SATI, nesse sentido, é um grande promotor de saúde, ela ajuda a prevenir uma série de doenças. Comento também outro aspecto, de que ali não há custo para a Prefeitura. Assim, não só a SATI exige a Prefeitura de custos como vai além, ao prevenir gastos, pois o indivíduo doente precisará do recurso público, que é um recurso muito caro. Por exemplo, uma internação ortopédica de um indivíduo que precisa de uma prótese de quadril: se tudo correr bem, se ele não tiver complicações, não houver internações prolongadas, não tiver infecções, que podem até quadruplicar os custos de internação, essa internação básica passa facilmente de R\$ 50 mil, R\$ 100 mil. Então, não só a SATI não produz custos para a Prefeitura como também previne futuros gastos.

Por fim, é importante nos perguntarmos: quem, em sã consciência, é contra o uso de um espaço público por crianças? Ninguém aqui é contra isso. Vamos, então, fazer um espaço público para prática esportiva de crianças em lugar do Parque Ibirapuera. Será que isso seria

razoável? Porque esse parque também atende milhões de pessoas, que ali fazem suas atividades. Então, o que é mais importante: elencarmos prioridades?

A SATI tem o seu lugar, a sua grande importância. Claro que não são milhões de pessoas utilizando, mas centenas; mas são munícipes organizados que estão usufruindo adequadamente do espaço público. Eu acho que bons projetos podem coexistir. Eles não devem ser excludentes. Nós temos espaço para todos. Nós temos verba para todos, já que esse novo projeto vem com um recurso, um capital importante. Então, dispomos de tudo isso, para que bons projetos coexistam.

Meu último alento, minha esperança é que as duas palavras que o Sr. André, representante da Secretaria de Esportes, comentou ali sejam cumpridas: conservar e ampliar. Isso é o que gente mais espera, que a SATI se mantenha e que a gente possa sim coexistir com outros tenistas, porque temos espaço e disposição para isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Tem a palavra o Sr. Evair.

O SR. EVAIR – Primeiramente quero cumprimentar os atletas presentes aqui e também os nobres Vereadores que estão abraçando essa nossa causa. A cidade de São Paulo é carente de espaços públicos para as práticas esportivas, em especial para a prática do tênis. Podem-se contar, nos dedos, as poucas quadras que existem; e as poucas quadras que existem são extremamente precárias. Não têm manutenção. Os locais não são seguros. Os pisos das quadras são irregulares, o que pode inclusive causar acidentes para os atletas que praticam tênis.

Nesse sentido, o trabalho desenvolvido pela SATI é, acima de tudo, inclusivo e social. Inclusivo porque acolhe pessoas sem discriminação de raça, cor, sexo, religião ou ideologia política; e social porque acolhe pessoas de toda faixa etária, desde a mais tenra idade até as pessoas idosas. Alguns dos atletas servem até como exemplos para os mais jovens, pois é comum se ver senhores e senhoras com mais de 70 anos, com alegria, praticando o esporte. O ambiente nas quadras do CEE Mané Garrincha é o mais saudável possível. Apesar de todas as

diferenças, as pessoas se respeitam, convivem harmonicamente com grande amizade e fazem jus ao próprio nome: sociedade de amigos, todos unidos pelo mesmo prazer, que é a prática do tênis.

Há mais de trinta anos, ficamos sabendo aqui que, há mais de quarenta anos, esse grupo de amigos se reuniram com a anuência da Secretaria Municipal de Esportes, todos com o mesmo objetivo: praticar um esporte que agregue as pessoas. Assim, sem qualquer ajuda do Poder Público, resolveram zelar de um espaço sabidamente público, passaram a cuidar como se fosse a extensão de suas casas, e assim tem sido feito por mais de quarenta anos.

Ao contrário do que se tem dito por aí, a SATI não obriga os usuários das quadras a pagar mensalidades. Na verdade, é feito um trabalho de conscientização entre os frequentadores, que colaboram espontaneamente, com a ajuda simbólica, para a manutenção das quadras.

Caso a pessoa, por algum motivo, não possa ou não queira colaborar, ela é recebida de braços abertos, desde que preserve o local e siga o regulamento interno para a boa conduta de convivência dos usuários. Tirar os usuários das quadras do CEE Mané Garrincha, que, por décadas, cuidaram do local, sem ajuda do Poder Público, e entregar à iniciativa privada é um ato desumano e extremamente cruel. Além do mais, se o objetivo da empresa que ganhou a concessão é beneficiar crianças, jovens carentes, deveriam utilizar esse aporte financeiro de milhões que pretendem investir no projeto na construção de novas quadras, mais próximas das comunidades carentes, porque aí sim haveria uma verdadeira inclusão social, com a participação de toda a comunidade, e não se apropriarem de um espaço que já está pronto e que, há muitos anos, é conservado pela SATI.

Existem inúmeras alternativas para isso. A Prefeitura poderia dispor para a iniciativa privada outros espaços públicos, tais como: Parque do Chuvisco, CERET, Centro Esportivo Tietê entre outros que estão também em condições precárias e que poderiam ser revitalizados, em vez de tirarem um espaço que já está pronto e totalmente conservado, mantido pelos usuários há muitos anos, sem qualquer ajuda de verbas públicas.

Para finalizar, nobres Vereadores, a SATI vem cumprindo, nas últimas décadas, a função social prevista na Constituição Federal, sem causar prejuízos ao erário público municipal. Ao contrário, suas atividades só trazem benefícios para a sociedade, pois sabemos que o esporte é vida; e privar cidadãos da prática esportiva, especialmente os mais idosos, certamente fará com que o Município tenha mais gastos com os hospitais.

Portanto, nobres Vereadores e demais autoridades que estão aqui presentes – V.Exas. que são notoriamente conhecidos como os Vereadores mais atuantes na causa dos menos favorecidos aqui, nesta Casa – esperamos que venham abraçar essa nossa causa, para que juntos possamos reverter esta, que está sendo a maior injustiça praticada, nos últimos tempos, aos munícipes da cidade de São Paulo.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Pasterick

O SR. PASTERICK – Sr. Presidente, Srs. Vereadores, autoridades presentes, senhoras e senhores, primeiramente gostaria de iniciar essa fala enaltecendo as iniciativas de apoio e incentivo ao tênis brasileiro. A preparação de jovens é fundamental para o futuro dessa modalidade, tão amada por nós, da SATI. Fundações como a do Lemann são um oásis no deserto de descasos para o esporte e a educação, não só em São Paulo, como também no Brasil todo.

A Rede Tênis Brasil está de parabéns pelo projeto, em prol do futuro do tênis do Brasil e, com investimento milionário, tudo fica um pouco mais fácil. Nós, da SATI, sabemos como é difícil se praticar o tênis aqui. Não somos contra a parceria público-privada. Sabemos que essa é a única forma de conseguir objetivos concretos, para praticar esportes em ambientes bem cuidados. Foram mais de 35 anos realizando essa prática de parceria público-privada, no nosso caso, informal, porque a Seme nunca quis, de fato, regularizar nossa relação.

A SATI era conveniente. O local era bem cuidado, bem administrado e bem frequentado. Por isso, ficamos tantos anos lá. E, em políticas públicas, há de se promover a

inclusão, mas jamais a exclusão de cidadãos, seja de que corrente política, faixa etária, raça, credo ou gênero que for. Nossa sociedade lá, no Mané – eu digo Mané porque temos uma relação íntima com aquele lugar – sempre acolheu todos esses públicos, sem nenhum tipo de preconceito, e nunca fizemos nenhuma diferença a nenhum usuário. Pelo contrário, todos eram recebidos com carinho e amizade.

Passaram pela SATI milhões de pessoas durante esses anos todos. Foram milhares. A regra era simples: conforme exigido pela administração da secretaria, o tenista fazia a sua carteirinha, exame médico e, em estando apto, pegava a sua raquete e bolinha e ia para a quadra.

A contribuição em dinheiro era um detalhe, mas é uma realidade, pois temos dois funcionários registrados em carteira de trabalho, manutenção das quadras, café, bebedouros com água gelada, geladeira, TV, pacote de TV a cabo e outros benefícios que só se conseguem usando dinheiro.

Nossa única culpa – e reconhecemos essa culpa – é que, pela ausência do Poder Público, tomamos a responsabilidade de manter esse local como ele é hoje, e como agradecimento, por todo esse zelo, mantendo o bem público, somos desalojados do nosso ambiente de lazer.

Temos uma pergunta que não quer calar: A Secretaria de Esportes e Lazer já tem um local, onde podemos continuar a nos socializar e jogar tênis? Nós, da SATI, desde o conhecimento dessa parceria com a Rede Tênis Brasil, estamos incessantemente e incansavelmente – especialmente por meio do Sr. Jorge Okamura, nosso atual diretor de manutenção – buscando diálogo com a Seme e a Rede Tênis Brasil, a fim de encontrar uma forma de solucionar amigavelmente essa situação, mas sem resultados práticos. Não querem muita conversa.

No chamamento se fala em uma parceria para atender crianças, adolescentes, adultos e idosos. Como pode o escolhido ter tido a posição de agraciado apenas uma dessas faixas? E as crianças, adultos e idosos?

Imagino que a Secretaria de Esportes e Lazer tenha resposta para esses cidadãos contribuintes e eleitores, que, por meio da SATI, aqui presente, estão representados.

Mais uma vez, insisto em dizer que não somos contra o lindo trabalho que a Rede Tênis Brasil faz. Só não concordamos com a covarde usurpação do espaço público, retirando da população adulta e idosa a oportunidade de se socializar e praticar o esporte que tanto amam. Não é justo.

Imaginem, senhoras e senhores, esse milionário investimento que a Fundação Lemann vai disponibilizar, construindo novas quadras nas zonas Leste, Sul, Oeste e Norte de São Paulo, acolhendo, nessa região, os adolescentes carentes, esse sim seria um projeto que os cidadãos amantes do esporte se orgulhariam de ver realizado. Usurpar um espaço pronto, bem conservado e em uso por uma parte relevante da sociedade local é, no mínimo, vergonhoso e covarde. Politicamente não há como as autoridades municipais deixarem de rever, de ofício, essa situação.

Rogo ao Sr. Presidente desta audiência, aos Vereadores e a todas as autoridades presentes que revertam essa situação, pelo menos, até que encontremos alternativas para não privilegiarem uns em detrimento de outros.

Agradecimentos especiais vão para o Vereador Aurélio Nomura, por todo apoio que sempre nos deu, durante todos esses anos, e a todos os Vereadores que já se dispuseram a nos ajudar. Que esse não seja o fim.

Muito obrigado. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Tem a palavra o Virgílio, on-line.

O SR. VIRGÍLIO – Sr. Presidente, eu gostaria de saber se primeiramente eu poderia fazer alguma pergunta para o representante da Seme.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Não é possível, mas o senhor pode fazer a pergunta e ele responderia depois, por escrito, por causa do tempo, porque, se a gente for ouvir e fazer um debate, há aqui mais de dez pessoas para serem ouvidas.

Então, em respeito às pessoas que estão aqui, eu pediria que o senhor fizesse a pergunta e a gente encaminharia a resposta por escrito.

O SR. VIRGÍLIO – Está bem. Primeiramente agradeço o espaço, ao nobre Vereador Aurélio Nomura e a todos os Vereadores aqui, que estão nos apoiando.

Complementando o que foi falado, ficaram algumas lacunas nesse contrato, nessa concessão, contemplando apenas um público, que são as crianças. Na verdade, é nobre esse projeto, e a gente quer compartilhar esse espaço com esse projeto; mas tirar a SATI totalmente dessas áreas e, pelo projeto que já foi apresentado aí, pela Seme, não foi contemplada a continuidade pelos idosos. Eu estou há pouco tempo lá, mas me sinto acolhido por todos.

Então, fica a pergunta: Como vai ficar esse local? Realmente vai ficar registrado esse compartilhamento da área? Até então, a Seme nunca oficializou isso para a gente, junto ao Sr. Jorge, que está fazendo essa negociação, abrindo esse diálogo.

São essas perguntas, essas lacunas que ficaram aí nessa parceria. Por que somente contemplar um público? Esse compartilhamento da área vai ser colocado no papel?

Eu encerro por aqui.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Obrigado.

Eu peço para a Assessoria reproduzir essas perguntas, para que a gente possa encaminhar para a Secretaria de Esportes.

O SR. ANDRÉ LUIS IERA LEONARDO DA SILVA – Sr. Presidente, que V.Exa. quiser, eu posso responder rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Não, senão todos vão fazer pergunta. No final, eu abro a palavra e o senhor pode falar. Fica melhor.

Tem a palavra o Sr. Francisco Prol.

O SR. FRANCISCO PROL – Bom dia, nobres Vereadores e tenistas presentes. Coube a mim falar sobre a evolução das instalações da SATI. Eu tomei conhecimento desse clube na década de 60, pois minha esposa já o frequentava desde 1964. Já estando aposentado,

a partir de 1997, comecei a frequentá-lo, participando de várias atividades, não só do tênis. A gente fazia ginástica, dança de salão e também a prática de tênis. Representei também o clube em várias apresentações anuais dos idosos.

Na época, existiam só duas quadras de saibro, a um e a dois, com piso razoável, mas em péssimo estado de conservação. Com o aumento de usuários, solicitamos autorização e construímos uma terceira quadra de saibro. Com a destruição das quadras do Parque Ibirapuera, aumentou-se a procura por jogarem e também a necessidade de se criarem novos espaços. Construímos uma quarta quadra de saibro. Para propiciar a oportunidade de ensino à prática de iniciantes, crianças, obtivemos a aprovação de uma quinta quadra, em piso de cimento.

Para a construção da estação do Metrô, foram destruídas todas as quatro quadras de saibro, por sanitários, vestuários feminino e masculino e os dois paredões.

Antes da destruição, obtivemos, junto à Seme, a autorização para construir três quadras de saibro ao lado do Ginásio Poliesportivo. Ali existiam quadras de cimento, também em péssimo estado, que não eram usadas.

Conseguimos do Tribunal de Contas permissão para utilizar a laje de cobertura do seu arquivo para criar uma quarta quadra de cimento. Desfizemos uma gestão já mencionada pelo Vereador Aurélio Nomura junto ao Metrô, para a reposição das quadras cinco e seis, no espaço devolvido ao clube.

Conseguimos da Prefeitura, por meio do nobre Vereador Aurélio Nomura, a transformação da sede para vestuários feminino e masculino, sanitários e uma nova sede. Para todos os fatos mencionados, temos documentação que os atestam.

Como se pode ver, era uma constante luta, para se obter concordância do Poder Público para propiciar aos munícipes condições de praticar o esporte, no caso o tênis. Sobre a permissão do uso e a contribuição, posso dizer que o embrião da Sociedade Amigos do Tênis Ibirapuera foi o inconformismo dos usuários com o estado das quadras. Vários deles tinham, ali, seus filhos aprendendo a jogar tênis e eles tomaram, para si, a iniciativa de cuidar das quadras,

mas só com boa vontade não se consegue, há necessidade de dinheiro. Para isso, fizeram coleta de doações entre os frequentadores.

Isso veio acontecendo de 1968 até 1987 quando o diretor do CEI, à época, o Sr. Gilberto Vichiareli convocou os usuários para uma assembleia onde foi eleita uma equipe para organizar o que se passou a denominar SAT, sem o I de Ibirapuera. Elaborou-se estatuto e regulamento, porém esses não foram registrados.

No regulamento inicial estabeleceu-se a obrigatoriedade de contribuição, como foi visto no vídeo, pois sem ela não era permitido jogar. Reservou-se, assim, o gestor do local, como controlador, conselheiro controlador, do uso das arrecadações. Já naquela época havia a preocupação de não malversar a arrecadação feita do próprio público.

Os cargos dos gestores da SAT, cabe ressaltar, nunca foram remunerados. Quando saíram, foram transferidos para as respectivas regionais, os CEIs, os DGM naquela época, saíram da gestão de Esportes para a Regionais. A Regional colocou, no espaço do CEI um dos representantes e o Esporte colocou também seu representante. Um era responsável, outro era o assessor funcional.

Esses gestores notaram a presença de dois funcionários que não eram registrados. E aí nos obrigaram a registrar a sociedade. Esse registro trouxe uma legalidade para os funcionários que ali estavam, mas provocou uma ilegalidade para nossa sociedade e essa ilegalidade, nessa ilegalidade é que a Seme, sobre ela, é que nos quer tirar do espaço.

Cabe ressaltar que os estatutos para registrar a SATI foram submetidos ao jurídico que os aprovou, com a obrigatoriedade de contribuição, podendo ser expulso na inadimplência de três contribuições. Então, à época, a Seme e o jurídico concordaram que era necessário contribuir.

O CEI tinha dois gestores, isso já falei. Posteriormente, reformulamos os estatutos e a contribuição deixou de ser obrigatória; a pessoa contribui e, se não contribuir, também joga.

Houve uma breve subordinação dos CEIs também à Secretaria de Educação, então, houve idas e vindas, mas isso logo mudou e voltou para a Seme. Aqui começaram os

questionamentos. Precisa permissão de uso; não se pode cobrar; a sede não pode ser aqui; se o jurídico, anteriormente, permitia, o novo jurídico já não permitia mais. Então isso significa mudança de lei.

Para cada mudança tínhamos um novo interlocutor, quando nós íamos procurar a pessoa, já era um novo e, daí as exigências da Seme nunca podíamos atender. Cabe ressaltar que nós sempre estivemos subordinados a ela para gerir o espaço, oferecendo a sua fiscalização e aprovação às nossas arrecadações. Auxiliávamos no controle dos exames médicos dos praticantes de tênis e relatávamos comportamentos inadequados dos mesmos para possíveis punições.

Um grupo daqui dizendo que nosso grupo sempre atendeu à missão da Seme e também um projeto executado por ele chamado de “Eu também Cuido”.

Qual é a missão da Seme? Formular políticas públicas – e está escrito nos murais dela –; fomentar e apoiar projetos e ações que incorporem atividades físicas, esporte e lazer, aos hábitos da vida saudável da população paulistana. Sobre isto, falaram os nossos médicos.

“Eu também Cuido” é um projeto de 8 de junho de 2013. Nossa associação pratica todos esses objetivos desde 1966 e menciono o que está escrito no prospecto desse projeto: "Objetivos – envolver os munícipes na melhoria da aparência dos Centros Esportivos; estimular a conscientização e participação dos munícipes; criar envolvimento dos munícipes para que os mesmos se apropriem do espaço e ajudem na preservação; garantir um lugar mais agradável para a prática das atividades". Olhem, isso corrobora com tudo que já foi dito e com tudo que nós fazemos. Então onde está a ilegalidade? Só o fato de uma mera lei que foi sobrepor-se à outra, pois, desde 1988, na Gestão Jânio Quadros, era permitida a cobrança desde que não houvesse lucro próprio nessa atividade que era praticada ali e cabia ao gestor do espaço, que eles chamam de Próprio – não sei o nome, agora não me ocorre.

Este gestor do espaço tinha a incumbência de controlar que a verba ali arrecadada não fosse usurpada e, sim, aplicada no próprio centro. Tudo isso nós fazemos. Nossas contas

sempre foram submetidas à administração do local. Hoje, tem gestores que recebem, controlam e assinam e tem gestores que não querem saber.

Então acho que nós não podemos aceitar essa palavra de que 'estamos ilegais' e, em função disso estamos sendo barrados de continuar praticando o esporte nesse espaço.

Era o que eu tinha a dizer. Obrigado. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Muito obrigado. Próximo orador é o Sr. Marcelo Clinco. (Pausa). Não está? O próximo é o Sr. Juarez da Silva. (Pausa).

A SRA. ELY TERUEL – Pela ordem, Sr. Presidente. Vereadora Ely.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Tem a palavra, Vereadora.

A SRA. ELY TERUEL – Eu gostaria de saber quantos inscritos ainda constam, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Um, dois... são sete. V.Exa., gostaria de falar, Vereadora?

A SRA. ELY TERUEL – Não, vou ouvi-los, depois a gente fala. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – O Sr. Juarez da Silva está *on-line*? Pode falar? Sr. Juarez? Não está respondendo. O próximo é o Sr. Jaime Forucho. Está presente? *On-line*? (Pausa). Próximo é o Sr. José Roberto de Oliveira. (Pausa). Nem presente, nem *on-line*. Próximo é o Sr. Constantino Battista. (Pausa). Por favor, tem a palavra.

O SR. CONSTANTINO BATTISTA – Preferimos que o Marcelo fale primeiro, porque eu farei o encerramento depois.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Está *ok*. Então o Sr. Marcelo, por favor.

O SR. MARCELO – Bom dia a todos aqui presentes. Agradeço a oportunidade de estar falando em nome de todos. Vou falar um pouco sobre a Rede Tênis Brasil. Vou fazer um pequeno resumo, porque, quando se fala em projeto social temos de olhar a fundo se, realmente, o projeto é social e que, na verdade, muitas vezes o projeto social é utilizado como uma isca. Nosso Secretário, às vezes, seduzido pelas cifras, tenha mordido a isca e não se aprofundou no que realmente a Rede Tênis Brasil tem como sua especialidade.

Na verdade, eles são formadores de atletas profissionais. Eles captam, no mercado, atletas potenciais, esses já tenistas. Então constroem nesse centro, ocupam esse centro e levam esses tenistas para centros esportivos que eles administram e aí capacitam esses atletas e os levam para esse cenário internacional e, daí, de onde vêm os recursos ou patrocínios que eles obtêm através do desempenho desses atletas, o que é bem diferente do que temos lá hoje.

O que temos lá, atualmente, é um espaço de lazer, de entretenimento, para as pessoas se socializarem, para cuidarem da sua saúde. Isso é bem diferente.

E para vocês verem o aporte que essa organização tem, eles adquiriram, recentemente, o Tennis Route, que fica lá no Rio de Janeiro, que é um dos maiores centros esportivos de treinamento de atletas profissionais. Eles estão lá. Isso é um projeto social para pessoas carentes? É um dos condomínios mais luxuosos que tem lá no Recreio dos Bandeirantes. É onde instalaram lá agora também.

Então assim é uma organização liderada por Jorge Paulo Lemann que, em 2019, foi eleito o homem mais rico do Brasil. Hoje ele é o segundo mais rico. E tem com ele fortes patrocinadores: Itaú, Seguradora Mapfre, Cirella, Carrefour, então são potenciais investidores que podem ir, em qualquer lugar da cidade de São Paulo, hoje, e dizer assim: "Vamos construir vinte quadras nesse lugar" E eles constroem. Aí não faz o maior sentido eles utilizarem a quadra de pessoas comuns como nós aqui que utilizamos aquilo no dia a dia, aliás, nossa única opção, quererem retirar a gente de lá vindo com o discurso de disseminar a prática do tênis na Cidade, mas, ao mesmo tempo, excluindo mais de quinhentos tenistas. Outra coisa que não faz o menor sentido.

Então é isso. A Rede Tênis Brasil é focada em capacitar. O que eles vão ter lá? Terão professores capacitados, vão buscar atletas. Se você pegar, hoje, no *site* da Rede Tênis Brasil, os principais destaques, todos os destaques, na verdade, não têm um carente, oriundo de projeto social que se destacou, que foi formado, e hoje está disputando qualquer competição. Temos lá em primeiro lugar a Ana, que é uma tenista de Jundiaí que praticava tênis desde os cinco anos

no Jundiaí Tênis, o clube mais elitista da cidade. Em segundo lugar, é a Bia Haddad, cuja mãe era tenista e ela praticava o esporte no Clube Sírio. E assim são todos os demais atletas.

Eles pegam os atletas que têm potencial, que já praticam o esporte, veem potencial neles, trazem para dentro de um centro, porque é para onde eles vão levar, vão levar para o CEE Mané Garrincha, e talvez ele coloque a isca que ele jogou lá no início quando ele apresentou o projeto; uma quadrinha para quatro ou cinco, ou dez alunos para dizer que tem algum tipo de projeto social, quando, na verdade, não é o foco dessa Rede Tênis Brasil. Ela até faz um excelente trabalho dentro daquilo que ela se dispõe a fazer, ou seja, capacitar atletas, o que é muito importante.

Mas, estou dizendo isso por conta de que a nossa Secretaria vem, o que passou para nós, dizer que é um projeto social, que vai atender as pessoas carentes, e esse não é o foco da Rede Tênis Brasil. Não é o foco deles. E, com tempo, vamos ver que isso não é o que vai ser instalado lá. Vamos ver um monte de pessoas carentes jogando, abrindo, não é. Eles vão utilizar o espaço para capacitar e desenvolver tenistas uma vez que é esse o trabalho deles.

Todos esses patrocinadores estão com eles justamente por conta desse trabalho deles. É isso que eu queria falar para vocês. Obrigado. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Próximo é a Sra. Akio Tem a palavra por três minutos.

A SRA. AKIO – Bom dia aos nobres Vereadores que se dispuseram a nos ouvir com seus tempos preciosos. Bom dia a todos os tenistas meus amigos da SATI.

Vou falar em nome das idosas, obviamente, então vejam: o idoso é o nosso passado; nossa história; que construíram nosso País e abriram muitas portas. O idoso é o presente porque contribuem com nossa sociedade. O idoso é o futuro porque luta por uma sociedade mais inclusiva, justa. É isso que estamos fazendo aqui. Lutando pelo seu espaço e pelo espaço de outros frequentadores, de todas as gerações.

Vocês sabem quem administra a SATI? São os idosos, munícipes, os quais, com o desejo de melhorar a qualidade de vida das pessoas, como eu e vocês, se reuniram há décadas

e, com muito trabalho e dedicação, construíram o espaço que temos hoje, o qual, com muito orgulho, tenho o prazer de fazer parte dele.

Agradeço a eles todos os dias por nos proporcionarem esse espaço, onde não só pratico tênis, mas faço muitos amigos. Convivo com eles e aprendo muito. E é isso que o idoso também gosta de fazer: ensinar. Ensinam quando estão conversando, ensinam quando estão jogando; e mostram que não precisamos ser afoitos; que o tênis é um jogo estratégico e que você precisa esperar o momento certo para fazer aquela jogada que definirá a partida. Ensinam também sobre respeito, regras, convívio social, onde todos devem ter seu espaço.

Eles merecem nosso amor, nosso respeito e nossa homenagem, inclusive aos que já se foram e deixaram um legado tão valioso para as gerações que, hoje, usufruem daquele espaço.

Gostaria que todos se perguntassem: que lugares vocês querem encontrar para usufruírem a melhor idade? Como vocês querem chegar até lá?

O nosso mais admirável idoso, Sr. Tranquilo, tem 87 anos. Gente, vocês ouviram? Ele tem 87 anos! É o nosso garoto propaganda que confirma o que a ciência já citou em várias matérias sobre a relação do tênis com a longevidade.

O Sr. Dalton, com 85 anos, e tantos outros exemplos, que o pouco tempo não me permite citar, esses idosos jogam frequentemente e nos ensinam celebrar a vida, todos os dias na quadra do nosso querido CEE Mané Garrincha, onde eu, e muitos usuários, temos construído, no decorrer do tempo, muitas memórias afetivas.

Espero, sinceramente, que o bom senso e o respeito a todos os usuários, e, principalmente os idosos, prevaleçam! Que a Seme e a Rede Tênis Brasil reflitam, afinal, há vários locais carentes que, hoje, não têm nada. E esse projeto fará a diferença.

Bom, para terminar, quero citar o Estatuto do Idoso que garante os direitos dos idosos e especifica o dever do Estado em garantir o esporte e a socialização, que não só os idosos, mas todos os usuários encontram nessas quadras.

Agradeço a todos por terem vindo. Muito obrigada. (Palmas).

O SR. CELSO GIANNAZI – Obrigado, Sra. Akio.

Tem a palavra a Sra. Gláucia.

A SRA. GLÁUCIA – Bom dia. Fico muito honrada em estar aqui falando em nome de tantos parceiros, sobre a atuação da SATI no CEE Mané Garrincha. Hoje, duas das palavras mais utilizadas para qualquer ação social são diversidade e inclusão. Fico com a inclusão, por ser mais abrangente em todas as nuances possíveis. A nossa reivindicação resume-se, então, à inclusão e ao respeito. A SATI já faz isso desde a sua idealização. Os atletas são inscritos pela Secretaria de Esportes e seguem as regras da SATI, que coordena a utilização das quadras. Joga quem quer; contribui quem pode e quem quer.

Sabe aquela plaquinha que existe na porta dos elevadores, Lei 11.995 de 16/01/1996? Seu artigo primeiro diz: “Fica vedada a qualquer forma de discriminação em virtude de raça, sexo, cor, origem, condição social, porte ou presença de deficiência e doença não contagiosa por contato social no acesso aos elevadores de todos os edifícios públicos, municipais ou particulares, comerciais, industriais e residenciais e multifamiliares existentes no município de São Paulo”.

É claro que todas essas diretrizes não devem nem podem ser restritas a elevadores, e assim é conosco. No nosso saudável convívio, só importa mesmo um parceiro ao lado para tentarmos vencer a dupla à nossa frente. Tomamos sol, fazemos os exercícios, comemoramos o ponto da mesma forma que rimos dos nossos próprios erros. Nosso compromisso na quadra é com a felicidade por jogar. O resultado buscado é simplesmente viver da melhor forma possível.

Voltando à palavra inclusão, não podemos esquecer que a maior parte dos associados da SATI é idosa, que é contemplada com um estatuto que lhe garante direitos de assistência e proteção. A SATI não foi criada com essa finalidade, mas naturalmente, ao longo dos anos, transformou-se num reduto de idosos, que ali buscam saúde física e mental. A SATI não deveria jamais ser ignorada ou desprezada pelos órgãos públicos, mas mantida e divulgada como exemplo de pleno exercício da cidadania por cidadãos conscientes. Respeito e inclusão é o que pedimos.

Esta velhinha, pretensa tenista, agradece a atenção dos nobres Vereadores e de todos os amigos aqui presentes.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Obrigado, Sra. Gláucia.

Tem a palavra o Sr. Riva. (Pausa). Não está presente. Tem a palavra o Sr. Constantino Battista.

O SR. CONSTANTINO BATTISTA – Srs. Vereadores, senhores gestores, colegas e amigos, bom dia. À Casa, obrigado pelo espaço. Muito já foi falado pelos nossos colegas sobre os motivos que nos trouxeram aqui, mas eu quero resumir um pouquinho a respeito dos depoimentos de hoje.

Nós viemos a esta audiência pública para deixar, de uma forma bastante clara, que nós estamos organizados, unidos, firmes e iremos até onde for necessário para preservar o direito ao espaço, ao esporte e ao lazer que hoje nós temos. (Palmas)

Aqui muito se falou de inclusão social, e nós não somos contra qualquer projeto de massificação. Ao contrário, especialmente quando se fala de crianças carentes, embora, como o colega já citou, o foco e o rendimento de alta performances possam ser até um pouco contraditório quando se fala em massificação, porque ele é seletivo e não massificante. Mas falo de exclusão social de uma faixa com grande diversidade de cidadãos adultos e idosos.

Também já falamos dos direitos firmados e amparados no Estatuto do Idoso. É dessa forma que esse projeto chegou até nós. Situação que a sociedade organizada não pode permitir e que, sem dúvida, não representará uma boa imagem para a gestão pública, não representará uma boa imagem para a Rede Tênis Brasil e muito menos para os patrocinadores do projeto que aqui foram citados.

Como mostramos, a SATI tem uma parceria de décadas com a Secretaria. Embora sem um acordo explícito formal, essa parceria resta clara na vasta documentação disponível ao longo desses anos. A existência e a manutenção das suas quadras são mérito da SATI e de nós usuários, o que não se vê em outros Centros Esportivos. Aqui se falou, se comentou que nós

temos um centro, um grupo fechado. Isso não é verdade. Eu estou há pouco tempo, há uns três anos participando dessa família e não encontrei nenhum obstáculo, fui bem recebido. Não me cobraram nem me impuseram nada, apenas que eu cumprisse as regras de organização e as sanitárias e que eu me associasse ao centro esportivo. Todo dia chegam novos usuários, que são recebidos, não são excluídos. Estranhamos a falta de transparência nesse processo, posto que sequer fomos chamados para qualquer tipo de entendimento ou debate antes do processo consumado. Ainda não estamos questionando a sua legalidade, mas sim questionamos a justiça em relação a nós.

As quadras em questão são atualmente utilizadas de forma organizada, previamente agendadas, de segunda a domingo, em quase toda a totalidade dos horários, dado o atual contingente de usuários. Quanto ao compartilhamento de horários com a Rede Tênis Brasil, como foi aventado, entendemos que poderia ser possível, desde que os espaços fossem previamente ampliados e com iluminação noturna, principalmente com um acordo formal de utilização e de horários, o que nós não temos. Hoje nós tivemos uma disponibilidade confirmada somente para o mês de dezembro. Vamos todos passar o Natal e Ano-Novo, ansiosos, e daqui a pouco é capaz que venhamos a precisar do depoimento de um cardiologista, porque não sabemos como será o ano de 2022.

A programação com horários informados de algumas horas não é e não será suficiente para o contingente que nós temos. Ao compartilharmos os poucos horários disponíveis é como se, para jogarmos tênis, precisássemos agendar uma consulta pelo SUS, com horários disponíveis para o próximo mês ou a 20 dias, sendo que nós somos mais de quinhentos usuários, e a cada dia recebemos mais pessoas. Dessa forma, o oferecimento desses horários como migalhas representa a nossa expulsão de lá. E é por isto que estamos aqui: não aceitamos essa situação.

Por fim, o nosso intuito é que a parceria firmada entre a Secretaria e a Rede Tênis Brasil seja revista, considerando, de forma justa, a nossa existência.

Outros países e culturas, como a dos ancestrais de muitos de nós, valorizam e respeitam seus adultos, especialmente seus idosos. Está na hora de este País, de esta Cidade, de seus dirigentes e gestores agirem, de fato, nessa direção. Essa é a nossa esperança e o nosso desejo.

Muito obrigado. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Obrigado, Sr. Constantino.

Tem a palavra a Vereadora Ely Teruel.

A SRA. ELY TERUEL – Obrigada, Sr. Presidente. Bom dia a todos.

Eu fico muito feliz de estar participando desta reunião com a população. Aproveito para agradecer a participação não só dos membros da Comissão, mas dos demais Vereadores e do público que nos assiste.

Primeiramente eu quero apresentar uma pequena introdução sobre o que é o tênis e o que significa o esporte na minha vida. Sou uma vereadora de primeiro mandato, nascida numa família muito simples. Eu vim a conhecer uma quadra de tênis por uma oportunidade de emprego que o meu pai teve na cidade de Santos, num local onde ele se tornou zelador após muito tempo desempregado. Esse lugar onde ele teve essa oportunidade era um centro poliesportivo, com duas quadras de tênis, frequentado apenas por pessoas com bastante condição.

Tendo eu sido uma criança que veio da periferia, de origem pobre, eu não tive a oportunidade de conhecer lá o tênis, já que é um esporte que geralmente é praticado por pessoas de uma classe mais abastada. Eu só tive a oportunidade de conhecer esse esporte quando eu me tornei gandula de crianças com mais condições do que eu, de atletas que frequentavam o clube para treinar. Assim eu aprendi a jogar tênis: batendo no paredão com uma raquete de madeira. Graças a Deus, hoje eu tenho a oportunidade de fazer aulas desse esporte pelo qual eu tenho paixão, mas que eu não conheci na periferia e sim através de uma oportunidade.

Como Vice-Presidente da Comissão da Criança e do Adolescente, entendo que o projeto que vem sendo discutido é de extrema importância para as nossas crianças, para os nossos jovens e, claro, para os nossos idosos, apesar de o projeto ser voltado para os pequenos,

crianças que queiram ser grandes atletas. Vejo como prioridade a preparação de jovens, porque o que eu quero, assim como todos os frequentadores da SATI, que estão lutando e se dedicando intensamente por esse espaço, é envelhecer com saúde e praticando um esporte.

Eu estou com algumas dúvidas em relação ao projeto e acho só que nós precisaríamos nos focar nessa área pública da região do Ibirapuera. Uma das minhas perguntas é o número de cerca de três mil crianças pobres será contemplado para frequentar essas quadras a fim de que a SATI possa continuar funcionando. Se o André quiser, depois ele pode responder. Se sim, se serão as crianças da periferia as contempladas nesse contrato para usarem esse local. Porque para uma criança da periferia chegar até o Ibirapuera, ela precisará ter acesso a um meio de transporte. Em certas situações como essa, eu não vejo esse projeto muito claro e eu gostaria de esclarecer.

Como esse projeto terá ajuda de um incentivo fiscal federal e, como o colega explicou, grandes empresas vão ajudar o projeto, eu gostaria de saber se está previsto no contrato o transporte dessas crianças da periferia até o CEE Mané Garrincha; se o meio que está sendo proposto será através da Lei do Incentivo ao Esporte; de que forma a Rede Tênis Brasil vai garantir isso; se está escrito no contrato a manutenção desse custo de R\$ 12 milhões. Caso não venha a garantir, se a Prefeitura pagará a conta.

Esses eram os meus questionamentos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Obrigado, Vereadora Ely Teruel.

Tem a palavra o Vereador Celso Giannazi.

O SR. CELSO GIANNAZI – Sr. Presidente, gostaria de informar a todos que eu sou membro titular da Comissão de Educação, Cultura e Esportes desta Casa e fiquei muito surpreso ao saber do que estava acontecendo e fiquei surpreso em relação a esse processo todo. A Comissão de Educação, Cultura e Esportes da Câmara Municipal de São Paulo, que trata especificamente desses três assuntos, não teve nenhum conhecimento sobre esse fato.

Apesar dos depoimentos e falas sobre a SATI, não ficou claro o motivo da existência dessa associação. Ela só existe porque o Município é omissivo no tratamento da coisa pública. É isto o que acontece e o que vemos constantemente por toda a Cidade: quadras e outros equipamentos públicos abandonados. E é por isso que existe a SATI, esse coletivo de pessoas que gostam e precisam do tênis, que exerce um aspecto muito mais social do que esportivo no CEE Mané Garrincha.

Além de o Município não dispor de recursos, ele não se interessa. Do contrário, a Secretaria de Esportes teria um orçamento muito maior do que o atual. Não há interesse nenhum das gestões que passaram pela Prefeitura em incentivar o esporte, incentivar o lazer e incentivar a parte social.

Não se pode falar em desconhecimento da SATI, já que em um item do memorando de 2013 da assessoria jurídica da Secretaria Municipal de Esporte é explicado que é possível um termo de parceria ou convênio com a SATI no intuito de conjugar esforços visando à plena manutenção e utilização das quadras pelos esportistas sem que isso caracterize uma posse para a associação, que cuida desse espaço. Então, a Secretaria Municipal de Esportes, através de um documento oficialmente público, reconhece a existência da SATI e reconhece que é possível, sim, fazer uma parceria. E, se é possível, por que a Secretaria Municipal de Esportes, nesse processo, sabendo da existência da SATI, não chamou esse coletivo para discutir alternativas que tinham para isso? “Olha, nós temos um projeto, é um projeto interessante, o espaço do CEE Mané Garrincha é muito grande, dá para acomodar, dá para construir outra quadra. O que dá para fazer?” E se vocês têm interesse também de participar desse chamamento, porque a SATI também poderia estar fazendo isso, pois conhece muito bem aquilo ali. Mas nada disso foi feito.

Então, Dr. André está aqui. Não vi, em nenhum momento, nenhuma pessoa que representa a SATI falando que foi chamada para esta conversa. Parece-me que está muito claro isso e também está muito claro, como Sr. Marcelo falou o objetivo da Rede Tênis Brasil, obviamente, também nós da Câmara Municipal, não temos nada contra uma empresa, um instituto que queira fazer o desenvolvimento de esporte do tênis, crianças que façam depois um

esporte de alto rendimento. Temos muitos espaços na cidade de São Paulo. Essas grandes empresas, essas grandes corporações, institutos podem disponibilizar e comprar esse espaço e fazer. É um projeto maravilhoso e vai contemplar, como eles dizem, três mil crianças.

Óbvio que é muito interessante, mas isso não pode entrar em choque com um projeto que é um projeto de exclusão. É um projeto de exclusão, de discriminação da população adulta, da população idosa, que é uma grande parte da população que está ali utilizando esse espaço.

Então, o Prefeito Ricardo Nunes está concordando com um projeto que é excludente. É excludente da população idosa. Ele tem que assumir isso, tem que tomar pé disso e impedir que isso vá adiante porque não dá para aceitar essa situação sobre todos os aspectos – a formalidade, o tramite que foi feito sem o diálogo, sem a transparência com as pessoas que estão lá.

Acompanhamos o Vereador Presidente Aurélio Nomura que conhece muito bem o espaço e sabe que ninguém se apropriou do espaço público. O próprio Vereador faz emendas do orçamento para a melhoria do espaço. O espaço é público, ele continua sendo público e todos e todas podem participar a qualquer momento. Isso não tem nenhuma vedação da participação, obviamente, não tem por que nem poderia ter, pois é um espaço público.

Agora, exigimos do Prefeito Ricardo Nunes e da Secretaria Municipal de Esportes que haja um diálogo, chame a sociedade, chame esse coletivo que está lá tomando conta do espaço público, valorizando o espaço público, mantendo o espaço. Quem vai lá e olha parece um espaço privado sobre a manutenção e não é normal isso no espaço público onde as quadras da cidade de São Paulo – todas as quadras, campos, os espaços CDCs – muitos estão abandonados e não têm condições de se praticar esporte. Ali, não. Ali parece quase que um equipamento particular. E é feito pela população que toma conta, que valoriza, que mantém aquilo. E mantém pelo aspecto social mais do que pelo esporte, que é muito importante.

Então, fica a cobrança. Temos que levar isso ao Prefeito Ricardo Nunes porque ao concordar com um projeto desse ele está também concordando que ele admite uma política excludente da população idosa da cidade de São Paulo e ele tem que assumir isso perante a

sociedade. E isso a gente não vai deixar admitir que vai à frente sem um debate, sem um chamamento de toda a sociedade para discutir o que se faz da apropriação daquele espaço.

É muito importante que essa audiência venha à Câmara Municipal e que se faça essa discussão de uma forma transparente, de uma forma democrática para a Cidade decidir o que ela quer daquele espaço. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Obrigado, Vereador Celso.

Só deixando claro. Acredito que o Prefeito não saiba do que está acontecendo. Quero deixar claro essa colocação. Acho que mil coisas a serem tratadas e eu acho que uma coisa específica, dificilmente, ele tem qualquer conhecimento. Acho que também o Secretário conhece em parte porque conhecer com profundidade, conhecer a história, eu acho que nenhum de vocês chegou a falar com o Secretário lá.

Acredito que há necessidade e a questão da audiência pública foi feita exatamente para que a gente viesse discutir e se abrissem essas questões. É importante que possamos estar unidos para trabalhar dentro desse propósito.

Queria passar a palavra ao Dr. André Luis, que está representando o Secretário, também para responder essas perguntas. Gostaríamos de ouvir também o que ele viu a respeito dos depoimentos que foram feitos na manhã de hoje.

Por favor, Dr. André tem a palavra.

O SR. ANDRÉ LUIS IEIRA LEONARDO DA SILVA – Queria parabenizar o Vereador Celso pelas palavras.

Na verdade, o depoimento vem em conformidade com o que já vínhamos conversando com o Jorge, que é o representante da SATI.

Foi dito: o espaço é público. Ele tem de comportar o uso de todo mundo dentro das regras que temos disponíveis. Lá, existem seis quadras. Precisamos, como disse, potencializar o uso. Todo mundo tem de usar: os idosos, jovens, crianças, todos.

Em nenhum momento foi dito que tentamos excluir a SATI daí. Pelo contrário, estamos mantendo contínuas conversas com os representantes da SATI. Inclusive, agora no

mês de dezembro, enviamos uma programação assegurando quase 80% dos horários. Basicamente, os horários que não estão disponibilizados são por conta das reformas que as quadras sofrerão. Então, agora, em dezembro, já vai acontecer um pacote de melhorias em todas as quadras de saibro. A Rede Tênis Brasil já vai passar a investir em dezembro um valor para melhoria das quadras.

Em conversa com a Rede Tênis Brasil, Vereador Celso, ouvi sua preocupação em relação à questão da não compatibilização do uso, eu conversei com os representantes e pedi para que instalassem os refletores como os primeiros investimentos para ampliar o tempo de uso. Então, hoje, tem um tempo de uso muito encurtado, só durante o dia. Vamos aumentar isso para noite para justamente aumentar o tempo de uso da quadra, para aumentar o volume de pessoas que são atendidas, já sensibilizando com a situação pretérita que tinha lá.

Outro aspecto que nós pedimos é que se disponibilizassem para a SATI também oficinas, aulas, fisioterapia, médico. Nós estamos negociando com a Rede Tênis Brasil para que todo o pacote de benefício que é dado às crianças seja estendido aos outros também. Por exemplo, a contribuição que a SATI tem de R\$ 50 não vai ser mais necessária. A Rede Tênis Brasil vai fazer todo o investimento. Então, esse valor de R\$ 50 que é contribuído voluntariamente por todos, ele já não será mais necessário. Ele pode ser canalizado para uma outra disponibilidade orçamentária, para outra vontade orçamentária que a SATI tenha.

Outro aspecto, mencionou um documento de 2013. Essa lei que eu havia mencionado é de 2014, é a Lei do MROSC. Essa lei é que realmente trata o uso do equipamento da forma com que a SATI vinha ocupando. Então, existe uma lei superveniente que precisamos adequar todas as situações pretéritas. A gente não pode permitir que a situação permaneça se amoldando a uma situação anterior. Então, precisamos adequar essa parceria.

Em relação à Rede Tênis Brasil não é atendimento de alto rendimento. Quando nos foi apresentado o plano de trabalho, tivemos o trabalho de chamá-los aqui e perguntar como seria o atendimento, quantas crianças seriam atendidas e como seria. Eles disseram o seguinte:

“Quando foi concebido o projeto, a ideia era o alto rendimento. Mas percebemos que o caminho estava errado e começamos a mudar essa trajetória em todo País.”

Hoje, a Rede Tênis Brasil atende em todo País quarenta mil atletas jovens e crianças carentes. Então, existe um atendimento massificado. A ideia não é formação de atleta, embora existam esses atletas que se destacam naturalmente, porque o Brasil é um País muito rico de condição humana, então, temos talentos escondidos por toda a periferia. Quando você monta um polo no CERET, quando você monta um polo no Joerg Bruder, certamente, você vai achar um menino lá que tem um talento que é uma joia. Você o traz mais para perto para poder lapidar, para poder alçá-lo, para poder transformar a vida dessa pessoa.

O que a gente está buscando aqui na Secretaria é ampliar o privilégio de poucos para muitos. Queremos aumentar o acesso, universalizar o acesso. Estamos tentando consolidar que a primeira política pública de um esporte consolidado na Cidade que é o tênis. Basicamente, o próprio Vereador falou, o orçamento da Secretaria é muito apertado. O orçamento é três vezes menor do que o da Cultura.

Esse já é um motivo para os próprios Vereadores nos ajudarem quando da concepção do orçamento, ou seja, dirigindo mais dinheiro à Secretaria para que possamos conceber mais políticas públicas. Hoje, basicamente, a Secretaria para ocupar e formar as grades precisamos do parceiro, precisamos da iniciativa privada. Sozinho com orçamento próprio não conseguimos fazer nada. Precisamos muito das entidades do terceiro setor para nos ajudar a desenvolver o esporte na Cidade. Então, a palavra nossa – até estivemos com o Constantino que foi o último a falar – é compatibilizar o uso, atender a todos, ampliar.

Não temos horário ainda de janeiro e fevereiro porque eu pedi à Rede Tênis Brasil, eu falei: “Quero que vocês passem a grade horária que efetivamente vai ser utilizada. Temos de disponibilizar o maior número possível de aulas para a SATI. Querem que vocês instalem já, de início, a iluminação”. Esses são pedidos que a Secretaria está intermediando sem desconsiderar a ação pretérita.

Agora, a demanda da SATI é uma demanda que, aparentemente, eles querem ter o domínio do uso do espaço para si. Isso não podemos, não queremos fazer desse jeito. A gente quer compatibilizar. Essa ideia de fazer na periferia os Centros Esportivos, nós não queremos. Queremos trazer essas crianças para cá para perto da gente. Queremos que elas estejam integradas nesse espaço. Temos uma experiência. O próprio CEE Mané Garrincha fica muito próximo do Centro Olímpico. No Centro Olímpico, recebemos dois mil atletas por semana. São atletas carentes. Então, eles recebem um lanche, eles recebem o bilhete único para vir, eles têm um espaço super amistoso para eles. Um dos benefícios que a gente vai trazer junto com a Rede Tênis Brasil ao próprio Centro Olímpico é a construção de uma biblioteca com computadores, com professores de matemática, português, inglês fixos aqui. Esses professores vão dar aulas não só aos alunos de tênis, mas a todos os alunos do nosso Centro Olímpico.

Para quem não sabe, o nosso Centro Olímpico tem uma parceria com o Mackenzie. Temos algumas bolsas. Esses alunos não conseguem acessar o Mackenzie porque não consegue passar no vestibular. Então, para corrigir essa distorção, estamos buscando força lá com Rede Tênis Brasil para que eles façam essas aulas de reforço aqui.

É uma parceria muito grande para o Município e vai cobrir não só o CEE Mané Garrincha, vai cobrir outros Centros Esportivos e a realidade é que não podemos começar o projeto construindo quadra. Primeiro, temos de criar demanda para depois chegar à Câmara, para depois chegar ao Prefeito: “Prefeito, hoje temos doze mil crianças praticando tênis. Temos cinquenta quadras na Cidade. Vamos criar um pacote de investimento. Vamos construir mais quadras. Onde vamos encontrar mais espaço?”

Primeiro construímos a demanda, depois a gente constrói e edifica as quadras, monta um plano de crescimento com a demanda do projeto. Não podemos construir quadra para depois colocar os alunos.

O investimento previsto no plano de trabalho tem serviço. É fácil ver constatar que tem professores, fisioterapeutas, médicos. Esse é o material humano que a gente precisa no Centro Esportivo. Primeiro, porque não temos funcionários. O nosso cobertor é muito curto. Não

tem como mandar um AGPP, professor de educação física aos Centros Esportivos. Então, é fundamental que a própria Rede Tênis Brasil faça a contratação e mande aos Centros Esportivos esses professores.

Além dos Centros Esportivos, o projeto de massificação contempla oficina de escolas públicas. Então, o esporte vai ser apresentado nas escolas públicas também.

Não tenho os vídeos aqui, mas depois eu compartilho. Esse projeto já está espalhado por todo o Brasil. São quarenta mil crianças. Então, é a coisa mais bonita do mundo você ver as crianças lá praticando esporte. Você vê os depoimentos das mães.

A cidade de São Paulo, pela primeira vez, vai ter oportunidade de mudar a vida das crianças através do tênis, seja ele um jogador profissional, seja atuando na cadeia produtiva do tênis como treinador, como preparador físico, como próprio coordenador da Rede Tênis Brasil. Às vezes isso acontece. Às vezes o aluno sai dali formado e vira um próprio agente fomentador no outro polo. Esse tipo de coisa é o que estamos pensando para a cidade de São Paulo.

Em nenhum momento estamos pensando em excluir a SATI, em nenhum momento estamos pensando em colocar a Rede Tênis Brasil usando todo o potencial do espaço. Estamos conversando, construindo pontes para poder trazer essa arte, para poder deixar com que permaneça no local, que as pessoas que frequentam ali continuem frequentando. É óbvio que vai ter uma redução da carga horária porque o espaço público é público. Então, ele precisa ser dividido. Quando você tem mais gente usando, a divisão é maior.

Então, temos outras soluções também. Estamos buscando outros espaços. Estamos começando a mapear com a própria SATI através do Jorge, o Constantino também esteve aqui. Diversas pessoas vieram na Secretaria conversar conosco.

Esses são os contornos do projeto. Não é um projeto que exclui. É um projeto que inclui muita gente. É um projeto inclusivo. É um projeto que dá oportunidade para quem nunca na vida teria a possibilidade de jogar tênis. São essas crianças carentes.

O projeto, inicialmente, começa com três mil. A ideia é aumentar esse projeto para quinze mil crianças aqui na cidade de São Paulo. Esse é o objetivo. Esse é o objetivo que a Cidade busca alcançar.

E o que é muito importante: a custo zero para o Município. O Município não vai pagar um centavo. Então, serão beneficiados além dessas crianças, os dois mil atletas do Centro Olímpico. Estamos conversando com a Rede Tênis Brasil para fazer toda essa ampliação no plano de trabalho. O plano de trabalho não é uma cláusula pétrea. O plano de trabalho precisa servir à Cidade. Estamos fazendo todos os ajustes no plano de trabalho para adequar ao atendimento do interesse público.

É isso. Estou à disposição para responder qualquer pergunta ou questionamento sobre o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Ok. Na realidade, precisávamos entregar o Plenário às 12h. Já ultrapassamos trinta minutos.

(NÃO IDENTIFICADO) – Sr. Presidente, gostaria de fazer só uma pergunta ao André para finalizar.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Não. Acho que não vai dar. Desculpas. Já ultrapassamos meia hora e queria propor até para o André que poderíamos marcar na próxima semana uma reunião com o Secretário e vocês. Escolheríamos três pessoas aqui da SATI para comparecer e, principalmente, eu gostaria da presença de um representante da Rede Tênis Brasil que, infelizmente, não compareceu. É lamentável a posição da Rede Tênis Brasil de não comparecer a esta plenária onde a gente poderia estar avançando nessa discussão. Não sei se está com medo ou alguma outra coisa, mas me estranhou muito o não comparecimento desta instituição. (Palmas).

Já estamos terminando o ano na Casa, mas vamos fazer essa reunião com o Secretário. Vamos tentar fazer uma, duas, três e buscar um caminho e ver o que podemos fazer com relação a essa questão. Não resolvendo, em fevereiro do ano que vem, podemos fazer uma Comissão de Estudos para debater esse tema.

Lembrando que aí a Rede Tênis Brasil não vai ser mais convidada. Será convocada a comparecer nas reuniões.

Gostaria de agradecer a presença de todos e pedir desculpas porque acho que muita gente ainda queria fazer alguma pergunta, mas estamos com o tempo esgotado.

Muito obrigado a todos. Ótima tarde.
